



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO - PROGRAD
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (ICSA)
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

LUCAS DO NASCIMENTO DE MORAIS

**PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) E A PANDEMIA
DA COVID-19: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE MARACANAÚ-
CEARÁ**

REDENÇÃO- CEARÁ

2023

LUCAS DO NASCIMENTO DE MORAIS

**PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) E A PANDEMIA
DA COVID-19: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE MARACANAÚ-
CEARÁ**

Monografia apresentada como requisito parcial para à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus Ceará.

Orientadora: Dr^a. Maria Vilma Coelho Moreira Faria.

REDENÇÃO-CEARÁ

2023

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Morais, Lucas do Nascimento de.

M825p

Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE e a pandemia da COVID-19: um estudo de caso no município de Maracanaú - Ceará / Lucas do Nascimento de Moraes. - Redenção, 2023.

49f: il.

Monografia - Curso de Administração Pública, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2023.

Orientador: Prof. Dr^a. Maria Vilma Coelho Moreira Faria.

1. Merenda escolar - Ceará. 2. Segurança alimentar. 3. Programa Nacional de Alimentação Escolar (Brasil). I. Título

CE/UF/BSP

CDD 371.7160981

LUCAS DO NASCIMENTO DE MORAIS

**PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) E A PANDEMIA
DA COVID-19: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE MARACANAÚ-
CEARÁ**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública, pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus Ceará.

Aprovado em: 11 /01/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria Vilma Coelho Moreira Faria. (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof. Dr.^a Andrea Yumi Sugishita Kanikadan.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof. Dr. Pedro Rosas Magrini.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

A Deus.

E a todos (as) que me ajudaram até aqui.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer e dedicar esta dissertação a **Deus** em primeiro lugar, que sempre me ajudou e me deu forças para vencer os momentos mais difíceis no decorrer da trajetória acadêmica.

À minha família que é minha base, especialmente minha mãe, Maria Lucinete do Nascimento de Moraes, que sempre lutou pela educação e pelo futuro dos seus filhos, a ela sempre serei grato por todos os ensinamentos e por todas as orações que foram essenciais para a conquista deste sonho. Obrigado por tudo minha querida e amada mãe, levarei sempre à senhora no meu coração. Meu pai Francisco Haroldo e minha irmã Ana Lízia, que em todos os momentos me incentivaram e apoiaram. É com muito amor e gratidão que afirmo que essa vitória também é de vocês.

A minha orientadora, a professora Dr^a. Maria Vilma Coelho Moreira Faria, que aceitou de prontidão ser minha orientadora. Muito obrigado por todo conhecimento transmitido, pela dedicação e pela paciência comigo durante a elaboração desta monografia. Sua ajuda foi de fundamental importância para a organização das minhas ideias. Sempre serei grato a Deus pela sua vida.

Aos demais familiares que sempre torceram pelo meu futuro: minha avó Maria de Fátima e meu avô José Moraes (*In memoriam*). Meus tios e tias: Lucileide, Lucilene, Clenilda, Gotardo, Paulo, Daniel e meu eterno tio José Moraes (*In memoriam*). Aos meus primos e primas que tanto amo: Luana Maria, Thamyres, Ana Kécia, Sofia, Mateus e Cícero.

Agradeço também a todos que foram meus professores, em especial a minha querida professora tia Maila, que Deus abençoe sua vida grandemente e também aos meus professores do ensino fundamental e médio Fernando, Karla Meireles, Daniel Brisolara, Inaiá e Felipe Guimarães. Muito obrigado por todos os ensinamentos, tudo começou com vocês que sempre acreditaram em meu potencial.

A Dr^a Cinira Maria Lopes Silveira que esteve comigo ao longo desta caminhada, na qual me concedeu a oportunidade de estagiar na Defensoria Pública. Instituição está de inteira importância para a sociedade. Levarei todos os conhecimentos na minha caminhada como futuro Administrador Público. Serei sempre grato à senhora por tudo.

Meu muito obrigado também vai para a Dr^a Susana Pompeu Saraiva por toda sua ajuda. Agradeço ao Helton Bernardino Lima pela oportunidade de estágio, pelo incentivo e por toda ajuda que me deu no decorrer desta jornada.

Não posso deixar de agradecer aquelas pessoas que ajudaram a mim e a minha família por meio de orações e que são bênçãos de Deus em nossas vidas: Pastor Carlos Estevão e a Irmã Marta, pastor Eribaldo Medeiros e a Irmã Maria de Jesus, pastor Clodoaldo e Irmã Noélia e pastor Levi e família.

Agradeço a Deus pela vida da minha amiga Luzivany Freire que tanto me ajudou ao longo da minha vida. Sempre serei Grato a Deus por ter colocado a senhora no meu caminho. Gratidão aos amigos que fiz durante o estágio no IJF. E também todos amigos que fiz na UNILAB que estiveram comigo ao longo da formação acadêmica no Curso de Administração Pública, em especial a Aline de Moura Ferreira, Salomé Bezerra Silva Cordeiro e Alisario Lourenço da Silva, que me ajudaram na realização deste sonho.

Aos meus amigos que nunca me abandonaram e que são amigos de longa data e que acompanharam de perto tudo o que passei e que sempre torceram por mim: Thais Cavalcante, Airla, Shanandra, Alejandra, Samara, Valéria, Gleiciane, Jonathan, Diego, Ingrid, Gisele, Sthefany, Bianca, Mariane, Lili, Aline, Dra. Eridan, Dra. Wyllane, Dr. Matheus, Dr. Jardilson, Dr. Adailson, Aparecida, Luciana, Josy, Suerda, Samia, Moab, Isabel, Raquel, Darlene, Marlucia, Graciliane, Antônia, Nonato, Israel, Ruth, Rebeca, Williany, Daniel, Luzinete, Júlia e Irmã Hosana.

Meu eterno agradecimento vai também a todas as mães entrevistadas que tiraram um pouco do seu tempo para responder as perguntas da entrevista deste trabalho. Que Deus abençoe grandemente a vida de todas vocês.

Gostaria de agradecer também a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) pela oportunidade e pelo aprendizado que me foi proporcionado durante toda a graduação, em especial a todo o corpo docente e aqueles que fazem parte do Instituto de ciências sociais aplicadas ICESA.

“A educação é o grande motor do desenvolvimento pessoal. É através dela que a filha de um camponês se torna médica, que o filho de um mineiro pode chegar a chefe de mina, que um filho de trabalhadores rurais pode chegar a presidente de uma grande nação. ”

(Nelson MANDELA)

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo principal analisar a segurança alimentar dos estudantes em tempos de pandemia da COVID-19, na escola EMEIEF João Magalhães de Oliveira, localizada em uma comunidade do bairro Cágado no município de Maracanaú. Tendo como foco principal o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que precisou ser alterado para dar continuidade às ações voltadas a garantia alimentar das crianças, adolescentes e jovens brasileiros. Nesse sentido, com o surgimento da pandemia ocasionada pela COVID-19, as escolas públicas precisaram interromper urgentemente suas aulas presenciais com o intuito de evitar aglomerações e a contaminação generalizada do novo vírus que circulava no mundo. Porém, com as escolas fechadas, os estudantes não tinham como ter acesso à merenda escolar que era então distribuída no horário do intervalo das aulas. Portanto, por meio da modificação realizada na lei que regulamenta o PNAE, foi possível os gestores municipais adquirirem durante o período de suspensão das aulas presenciais e em razão a calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios no qual deveriam ser entregues às famílias dos estudantes como forma de assegurar e suprir com a segurança e necessidades alimentares dos mesmos na quarentena. É importante ressaltar que os recursos financeiros usados para custear os kits de alimentação escolar que foram entregues durante a pandemia advinham do PNAE. Além disso, foi aplicada uma entrevista com 21 mães e mulheres responsáveis pelos estudantes da EMEIEF João Magalhães de Oliveira, com o intuito de compreender qual a visão das mesmas em relação à segurança alimentar dos filhos durante a pandemia da COVID-19. As entrevistas foram realizadas entre os meses de agosto e setembro de 2022. Após a análise dos dados levantados, percebe-se que alimentação escolar é um dos componentes de suma importância para o processo educacional dos alunos.

Palavras-chave: Merenda escolar – Ceará; Segurança alimentar; Programa Nacional de Alimentação Escolar (Brasil);

ABSTRACT

The main objective of this study is to analyze the food security of students in times of the COVID-19 pandemic, at the EMEIEF João Magalhães de Oliveira school, located in a community in the Cágado neighborhood in the municipality of Maracanaú. Having as main focus the National School Feeding Program (PNAE), which needed to be changed to continue the actions aimed at ensuring food for Brazilian children, adolescents and young people. In this sense, with the emergence of the pandemic caused by COVID-19, public schools urgently needed to interrupt their face-to-face classes in order to avoid crowds and the widespread contamination of the new virus that was circulating in the world. However, with schools closed, students could not have access to school lunches, which were then distributed during class breaks. Therefore, through the modification carried out in the law that regulates the PNAE, it was possible for municipal managers to acquire, during the period of suspension of face-to-face classes and due to the public calamity, the distribution of foodstuffs in which they should be delivered to the families of students as way to ensure and supply their safety and food needs in quarantine. It is important to emphasize that the financial resources used to pay for the school feeding kits that were delivered during the pandemic came from the PNAE. In addition, an interview was applied with 21 mothers and women responsible for the students of EMEIEF João Magalhães de Oliveira, in order to understand their vision regarding the food security of their children during the COVID-19 pandemic. The interviews were carried out between August and September 2022. After analyzing the collected data, it is clear that school meals are one of the most important components for the students' educational process.

Key words: School lunch – Ceará; food safety; National School Feeding Program (Brazil);

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	- Valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno	23
Quadro 2	- Recursos repassados pelo FNDE para a Prefeitura de Maracanaú	26
Quadro 3	- Perfil das mães entrevistadas na pesquisa	30

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	- Quantidade de Escolas da rede pública municipal de Maracanaú	25
Gráfico 2	- Qual meio de comunicação a escola João Magalhães de Oliveira utilizou para informar aos pais e responsáveis sobre a chegada dos Kits de alimentação na escola?	32
Gráfico 3	- Como você avalia o processo da distribuição dos kits de alimentação na EMEIEF João Magalhães de Oliveira?	32
Gráfico 4	- Você sentiu alguma dificuldade para receber o kit de alimentação escolar que foi entregue no período de suspensão das aulas presenciais? Caso positivo justifique a sua resposta.	34
Gráfico 5	- Qual seu nível de satisfação quanto a qualidade dos alimentos compostos nos kits de alimentação?	36
Gráfico 6	- Com qual frequência foram distribuídos aos pais e responsáveis os kits de alimentação escolar no período da pandemia da COVID-19?	37
Gráfico 7	- Quantos dias em média o kit de alimentação durava em sua casa?	38
Gráfico 8	- Além dos estudantes, outras pessoas se alimentaram na casa com o kit?	39
Gráfico 9	- Você recebeu em média quantos kits de alimentação durante a suspensão das aulas presenciais?	39
Gráfico 10	- Durante o período de pandemia o pai, mãe, responsável ou outro membro familiar perdeu o emprego?	40
Gráfico 11	- Qual sua fonte de recurso financeiro durante a pandemia da COVID-19?	40

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CME	–	Campanha de Merenda Escolar
CNME	–	Campanha Nacional de Merenda Escolar
EMEIEF	–	Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental
FNDE	–	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MP	–	Medida Provisória
OMS	–	Organização Mundial de Saúde
PNAE	–	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAN	–	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
UNILAB	–	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. OBJETIVOS	18
2.1– Objetivo geral	18
2.2– Objetivos específicos	18
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
3.1– O programa nacional de alimentação escolar (PNAE) como política pública no Brasil..	19
3.2– Estratégias adotadas pelo poder público para garantir a segurança alimentar dos alunos durante a pandemia da COVID-19.....	24
4. METODOLOGIA.....	27
4.1 –Município de Maracanaú e a EMEIEF João Magalhães de Oliveira.....	28
5. COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	30
5.1– Importância da alimentação escolar no processo educacional dos alunos.....	31
5.2– Processo comunicativo adotado pela escola	32
5.3– Avaliação quanto a distribuição dos kits de alimentação.....	33
5.4– Dificuldades para receber os Kits de alimentação escolar.....	34
5.5– Percepção das entrevistadas quanto aos kits de alimentação escolar.....	35
5.6– Nível de satisfação das participantes quanto a qualidade dos alimentos	36
5.7– Frequência da distribuição dos kits de alimentação.....	37
5.8– Dias em média que o kit de alimentação durava na casa dos estudantes.....	38
5.9– Outros membros da família se alimentaram com o kit.....	39
5.10– Média de kits de alimentação que as famílias receberam na pandemia	39
5.11– Membros da família dos estudantes que perderam o emprego na pandemia.....	40
5.12– Fonte de recurso financeiro dos pais durante a pandemia da COVID-19.....	40
5.13– Relatos das mães quanto o aprendizado dos filhos no período pandêmico.....	41
6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
7 – REFERENCIAS.....	45
8– APÊDICE.....	47

1 INTRODUÇÃO

O termo “políticas públicas” não possui uma definição única e precisa, sendo esta definida e conceituada por diversos autores, que buscam cada vez mais contribuir para o avanço e aperfeiçoamento do referido termo. Segundo Azevedo (2003, p. 01), “Política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”.

Diante disso, pode-se afirmar que as políticas públicas podem ser entendidas como uma ação governamental que busca atender as demandas existentes para solucionar os problemas presentes na sociedade. Observa-se, portanto, que as políticas públicas acabam tendo um importante papel no processo de desenvolvimento da cidadania. Ou seja, é por meio delas que a Administração Pública consegue colocar em prática os direitos previstos na Constituição.

No campo educacional, as políticas públicas são instrumentos que buscam garantir melhores condições na qualidade do ensino no país. Quando são bem planejadas e implementadas trazem resultados significativos que contribuem diretamente na formação do indivíduo como cidadão. Nesse sentido, conforme Oliveira (2010, p.05), descreve o conceito de políticas públicas educacionais como:

[..] tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém, educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar.

Partindo desta linha de raciocínio, pode-se afirmar que as políticas públicas no âmbito educacional estão ligadas e fazem parte da educação escolar. Sendo esta de suma relevância no que diz respeito ao processo construtivo de um ser humano na sociedade. Pois é por meio da educação escolar crítica que os cidadãos conseguem desenvolver o pensamento crítico e alcançar melhores oportunidades pessoais ao longo de sua vida.

A educação é um dos direitos fundamentais, sendo dever do Estado proporcionar uma educação de qualidade no qual possa contribuir para o crescimento educacional e intelectual das pessoas que vivem, habitam e constituem o país.

Por tratar-se de um direito garantido a todos os cidadãos brasileiros o mesmo encontra-se previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu art. 205 e diz que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988).

No entanto, podemos observar ao longo dos últimos anos que o Brasil vem enfrentando uma série de problemas que dificultam o acesso à educação para a população. Um desses problemas se deu pelo fato da chegada da pandemia provocada pelo novo Coronavírus, que afetou fortemente todos os setores do sistema educacional brasileiro.

Durante esta crise humanitária as escolas públicas precisaram interromper urgentemente as aulas presenciais como forma de evitar a propagação e a disseminação desse novo vírus, considerado altamente contagioso e letal a toda população. Diante desse ocorrido, os alunos precisaram permanecer em isolamento social. Medida esta que foi considerada cientificamente de suma importância para impedir o avanço desenfreado da COVID-19. Porém, com as escolas públicas fechadas, os estudantes não tinham como ter acesso à merenda escolar, a qual era então distribuída pelas escolas no período do intervalo das aulas presenciais.

Diante dessa problemática, as questões principais que norteiam este estudo estão baseadas nas seguintes perguntas: Como o PNAE foi adaptado para garantir a segurança alimentar dos alunos no período da pandemia da COVID-19 (2020-2022)? Como a EMEIEF João Magalhães de Oliveira, da rede pública municipal adotou medidas de segurança alimentar para oferecer aos alunos durante a pandemia da COVID-19?

Esta pesquisa tem como uma de suas pretensões principais analisar a política pública de segurança alimentar que é desenvolvida pelo PNAE. Tendo em vista a vulnerabilidade social de alguns alunos da rede pública que são beneficiados por este programa no município que muitas das vezes dependem dessa alimentação que é oferecida no ambiente escolar.

A presente pesquisa justifica-se primeiramente por minha percepção enquanto munícipe de Maracanaú, graduando do curso de administração pública e ex-aluno da Escola EMEIEF João Magalhães de Oliveira, localizada em uma comunidade do bairro Cágado, no qual está inserida na região periférica do município objeto de estudo.

EMEIEF João Magalhães de Oliveira assiste atualmente diversas crianças e adolescentes do bairro e circunvizinhanças no período da manhã e tarde, onde a maior parte das famílias que residem nesta comunidade são de baixa renda e muitos estudantes dependem da alimentação escolar que é então oferecida pela escola.

Além disso, outro ponto que me levou a descrever e pesquisar sobre este tema. Se deu a partir das experiências obtidas durante o meu percurso no ensino fundamental e médio, que foram todos cursados em escolas públicas. Assim como milhares de crianças, adolescentes e jovens da nossa sociedade ainda passam por situações difíceis, em que dependem e fazem sua única refeição no ambiente escolar. Eu também já fui uma dessas crianças que passou por esta situação e dependia da alimentação que era então oferecida pela escola durante um certo período da minha vida.

Diante disso, cursando a disciplina de políticas públicas do Curso de Administração Pública da UNILAB, surgiu o interesse como acadêmico e futuro Administrador Público, analisar as questões pertinentes ao processo da Segurança Alimentar dos estudantes em tempos de pandemia da escola mencionada anteriormente.

Pretende-se com esta pesquisa contribuir para a ciência através de uma investigação exploratória da implementação e execução do PNAE em âmbito municipal. Buscando desta forma analisar e avaliar o seu impacto no desenvolvimento e desempenho escolar neste período.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral:

Analisar as ações de substituição da merenda escolar durante a pandemia da COVID-19 na EMEIEF João Magalhães de Oliveira no município de Maracanaú.

2.2 Objetivos Específicos:

- Identificar quais as estratégias desenvolvidas pelo poder municipal para garantir a alimentação dos alunos na pandemia.
- Investigar como ocorreu a distribuição dos Kits de alimentação para os estudantes.
- Verifica a percepção das mães e das mulheres responsáveis pelos alunos quanto à segurança alimentar dos mesmos durante o período pandêmico.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Nas próximas seções serão apresentadas revisões bibliográficas e discussões acerca dos temas seguintes: O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como política pública no Brasil, e as estratégias adotadas pelo poder público para garantir a segurança alimentar dos alunos durante a pandemia da COVID-19.

3.1 O Programa Nacional de alimentação escolar (PNAE) como política pública no Brasil.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi denominado dessa maneira no ano de 1979. Ele é conhecido como um dos maiores programas de Alimentação Escolar do mundo, sendo este de grande relevância no que diz respeito ao processo de garantia alimentar dos alunos matriculados na rede pública de ensino.

De acordo com o portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE, 2017), esta política pública surgiu no Brasil a partir da década de 1940, quando o Instituto de Nutrição apoiava a ideia que o Governo Federal pudesse proporcionar aos estudantes a merenda escolar. No entanto, esta proposta não foi concretizada naquela época, devido à falta de investimento financeiro para custear o projeto. Dessa forma, somente na década de 1950 começaram os desdobramentos direcionados à merenda escolar no Brasil.

Segundo Teixeira (2008, p.11):

A merenda escolar foi uma política educacional, assumida pelo Brasil durante a década de 50 para atender e reduzir a evasão e a repetência e melhorar o rendimento escolar e ainda os hábitos alimentares. Considera-se importante então, identificar onde, quando, o que, como e com quem se come, para melhor definir o papel da merenda escolar.

Nesta perspectiva, na década de 1950 foi criado um Plano Nacional de Alimentação e Nutricional, que foi nomeado naquele tempo como conjuntura alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil. É a partir deste plano que é determinado pela primeira vez na história do país um programa que buscava traçar as diretrizes de Alimentação Escolar em um contexto nacional, perante a responsabilidade pública. Porém, deste projeto original que foi apresentado no início da sua formação, manteve-se apenas o programa de Alimentação Escolar, que tinha o apoio do Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI). (FNDE, 2017).

Com isso, no ano de 1955, foi assinado então o Decreto nº 37.106 de 31 de março de 1955. Que tinha como objetivo principal estabelecer a Campanha da Merenda Escolar (CME), no qual a mesma estava subordinada ao Ministério da Educação e contou com convênios proporcionados pelo (FISE) como de outras instituições internacionais. (FNDE, 2017).

No ano seguinte, em 1956, por meio de um novo decreto nº39.007, a campanha passou a ser denominada como Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), com a ideia de promover assistência na esfera nacional. (FNDE,2017).

Em 1965, a partir do Decreto nº 56.886 foi modificado o nome da (CNME) para Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE). Surgindo alguns programas de ajuda americana dos quais eram vistas naquela época como: Alimentos para a Paz, o Programa de Alimentos para o Desenvolvimento e o Programa Mundial de Alimentos. (FNDE, 2017).

O primeiro programa era financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, o segundo tinha a finalidade de atender as pessoas em situações carentes bem como em ajudar na alimentação das crianças em idade escolar, e por último o terceiro fazia parte da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação. (FNDE, 2017). No ano de 1976 acontece então a inclusão da Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE), ao segundo Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN).

A partir da Constituição Federal Brasileira que foi promulgada no ano de 1988, trouxe consigo um marco importante em relação à alimentação escolar do país. Ou seja, “Ficou assegurado o direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental por meio de programa suplementar de alimentação escolar a ser oferecidos pelos governos federal, estaduais e municipais”. (FNDE, 2017).

Posteriormente, por meio da Lei nº 8.913, foi estabelecido então a descentralização da merenda escolar. No qual foi considerado como um dos grandes avanços para este programa. Carvalho (2009, p 103), salienta que:

Em 1994, a descentralização do PNAE deixou de ser apenas vontade política do poder executivo para se tornar determinação da sociedade brasileira. A promulgação da Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994 oficializou o processo, valorizando os hábitos e práticas alimentares locais e regionais. A Lei tornou possível aos municípios brasileiros a participação na chamada “municipalização da merenda”, e desde a criação da FAE em 1983, pela primeira vez, as escolas puderam contar com a alimentação escolar no mês de fevereiro.

Deste modo, através da descentralização, foi possível realizar a celebração de convênios com os municípios e as secretarias de educação presentes nos estados. Nos quais delegaram competências para o atendimento dos estudantes e das redes municipais que ainda não tinham aderido à descentralização.

Portanto, “o número de municípios que aderiram à descentralização evoluiu de 1.532, em 1994, para 4.314, em 1998, representando mais de 70% dos municípios brasileiros”. (FNDE, 2017).

À vista disso, surgiu então a consolidação da descentralização. Que foi criada por meio da Medida Provisória de nº 1.784, de 14/12/1998, sendo esta gerenciada pelo FNDE.

Através desta MP foi possível ter maior celeridade no processo, criando assim a transferência automática que era repassada aos municípios e secretarias de educação os recursos financeiros para a execução do PNAE. Deixando de exigir a necessidade de celebração de convênios que era outrora um componente obrigatório. “Nessa época, o valor diário per capita era de R\$ 0,13, ou US\$ 0,13 (o câmbio real/dólar nesse período era de 1/1)”. (FNDE, 2017).

Outro grande avanço que ajudou no processo do desenvolvimento do PNAE foi a Medida Provisória nº 2.178, de 28/06/2001 no qual é uma das reedições da MP nº 1.784/98, que destaca sobre a obrigatoriedade de 70% dos recursos transferidos pelo governo federal sejam aplicados exclusivamente em produtos básicos e o respeito aos hábitos alimentares regionais e à vocação agrícola do município, fomentando o desenvolvimento da economia local. (FNDE, 2017).

Logo após isso, a partir da Lei nº 11.947 sancionada em 16 de junho de 2009 pelo governo federal, determinou melhores condições para o funcionamento do PNAE. Sendo assim, foi possível proporcionar uma alimentação mais saudável para os alunos matriculados na rede pública de ensino, contemplados pela educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos.

A Lei nº 11.947/2009, em seu Art. 4º determina que o PNAE tem como objetivo principal:

Contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo. (Brasil,2009).

Além disso, a mesma lei ainda estabelece o quantitativo mínimo de 30% dos repasses do FNDE, sejam investidos na aquisição de produtos que sejam oriundos da agricultura familiar. Logo, os alimentos advindos das práticas produtivas da agricultura familiar têm um importante papel no processo da segurança alimentar dos estudantes que fazem parte da rede pública de ensino. Saraiva *et al.* (2013, p. 929), afirmam que:

O apoio a estes agricultores como forma de estimular a produção de alimentos sustentáveis é considerado essencial, não só por sua capacidade de geração de ocupação e de renda, como também pela maior diversidade e oferta de alimentos de qualidade, menor custo com transporte, confiabilidade do produto, preservação do hábito regional e da produção artesanal, promovendo uma conexão entre o campo e a cidade.

Pois a partir da aquisição desses produtos, as escolas conseguem garantir uma oferta de gêneros alimentícios com maior qualidade, proporcionando aos alunos uma refeição escolar mais saudável no período das aulas.

Seguindo esta linha de raciocínio, pode-se afirmar que em abril de 2015 com a chegada da Resolução CD/FNDE nº 4 que tratava sobre a aquisição da agricultura familiar. Tornou-se necessário realizar mudanças na redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A Resolução publicada em 2015 modificou a forma de aplicação dos critérios para seleção e classificação dos projetos de venda; estabeleceu o que são grupos formais e informais de assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e quilombolas e critérios para desempate; definiu os locais onde deverão ser divulgados os editais das chamadas públicas; incluiu o documento para habilitação dos projetos de venda dos grupos formais; estabeleceu os preços dos produtos a serem adquiridos da agricultura familiar são aqueles publicados na chamada pública; definiu o limite individual de venda para o agricultor familiar na comercialização para o PNAE por entidade executora; estabeleceu novas regras para o controle do limite individual de venda dos agricultores familiares; e definiu modelos de edital de chamada pública, de pesquisa de preços de projeto de venda e de contrato. (FNDE, 2017).

É importante ressaltar, que o valor repassado atualmente pela União a estados e municípios brasileiros por dia letivo para cada estudante matriculado na rede pública, está baseado de acordo com modalidade de ensino. Segundo aponta o FNDE (2022) o repasse de recursos é feito diretamente aos estados e municípios, tendo sempre como base o Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento.

O quadro abaixo nos mostra como é realizado atualmente a distribuição dos valores:

Quadro 1- valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno

Modalidade de ensino	Valor por aluno/dia (R\$)
Creches	1,07
Pré-escola	0,53
Escolas indígenas e quilombolas	0,64
Ensino Fundamental e Médio	0,36
Educação de Jovens e Adultos	0,32
Ensino integral	1,07
Programa de fortalecimento as escolas de ensino médio em tempo integral	2,00
Alunos em atendimento educacional especializado no contraturno	0,53

Fonte: FNDE, 2022.

Ainda conforme aponta o FNDE (2022) quem fiscaliza e acompanha diretamente o programa é a sociedade que faz isso por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público.

A partir disso podemos perceber que o PNAE é uma das políticas públicas educacionais que beneficia e ajuda milhões de alunos em todo o território brasileiro. No qual tem a missão de garantir aos discentes das escolas públicas o direito à alimentação enquanto estão nas dependências do ambiente escolar.

Além disso, esta política pública é uma das alternativas que contribuem atualmente para o combate à fome na sociedade, ajudando a reduzir os índices de subnutrição e evasão escolar. Porém, com o surgimento do novo coronavírus pelo mundo, muitas realidades foram alteradas drasticamente, sendo necessário, portanto a realização de mudanças emergenciais para garantir a segurança alimentar das crianças e jovens brasileiros no decorrer da pandemia.

3.2 Estratégias adotadas pelo poder público para garantir a segurança alimentar dos alunos durante a pandemia da COVID-19.

Após a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarar estado de emergência global ocasionada pela pandemia da COVID-19. O Brasil por meio do Decreto Legislativo nº 6, de março de 2020 reconheceu o estado de calamidade pública no País. Estabelecendo através do Ministério da Saúde (MS) medidas para conter a disseminação e o avanço desenfreado da nova doença.

Dentre essas medidas que foram adotadas por este órgão de saúde, destaca-se o uso obrigatório de máscaras. O período conhecido como quarentena consistiu no fechamento do comércio não essencial, das escolas, universidades, teatros, cinemas, casas de espetáculos dentre outros, tudo para que aglomerações pudessem ser evitadas gerando o que ficou denominado como distanciamento social.

Tais medidas impactaram na continuação das aulas ministradas pelas escolas públicas brasileiras, que precisaram interromper e suspender por tempo indeterminado as suas atividades na modalidade de ensino presencial para resguardar a vida de todos do ambiente escolar (Alunos, professores, funcionários, etc.).

Tendo em vista a suspensão das aulas e o aumento dos novos casos de COVID-19 no Brasil, o PNAE precisou ser reformulado para dar continuidade às ações voltadas à garantia alimentar das crianças, adolescentes e jovens da rede pública de ensino. Fazendo-se necessário realizar a publicação da Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020, que altera a Lei nº 11.947/2009 do PNAE.

A Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020 determina que:

Art. 1º A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 21-A:

Art. 21-A. Durante o período de suspensão das aulas nas escolas públicas de educação básica em razão de situação de emergência ou calamidade pública, fica autorizada, em todo o território nacional, em caráter excepcional, a distribuição imediata aos pais ou responsáveis dos estudantes nelas matriculados, com acompanhamento pelo CAE, dos gêneros alimentícios adquiridos com recursos financeiros recebidos, nos termos desta Lei, à conta do Pnae.

Através da alteração realizada na Lei, os gestores municipais na tentativa de amenizar os impactos ocasionados pela suspensão das aulas e consequente interrupção do PNAE,

optaram pela distribuição dos kits alimentares às famílias dos estudantes como forma de assegurar e suprir com a segurança alimentar dos mesmos na quarentena.

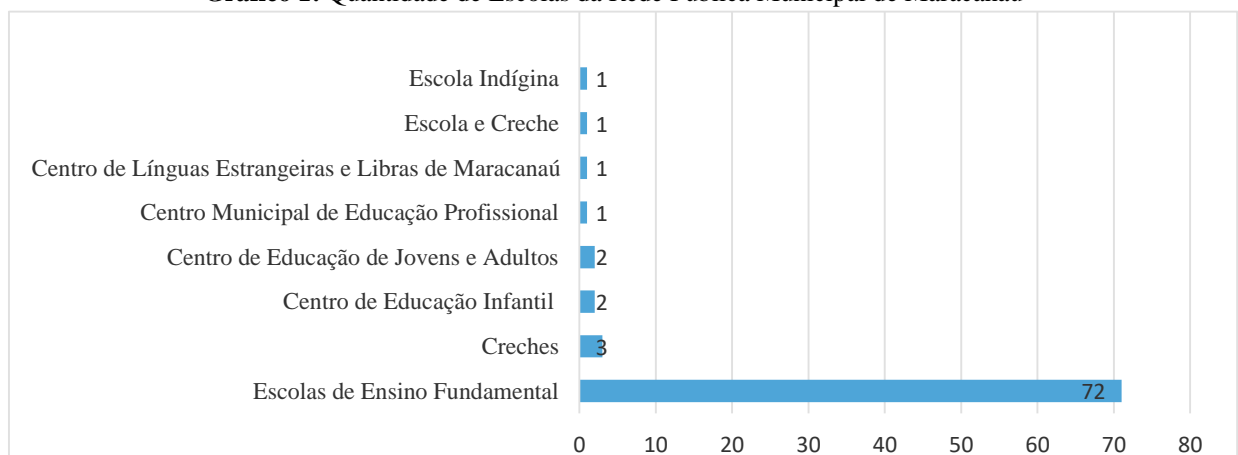
Com a atual conjuntura, em abril de 2020 a Prefeitura de Maracanaú adotou a mesma postura, e por meio da Secretaria de Educação começou os desdobramentos referente à distribuição e entrega dos kits de alimentação escolar, no qual eram repassados inicialmente para as escolas da rede pública municipal, e as mesmas realizavam a entrega desses kits aos pais ou responsáveis dos estudantes.

Conforme divulgado pela Prefeitura Municipal de Maracanaú (2020), o objetivo da entrega dos kits alimentares é complementar a alimentação dos alunos durante o período de suspensão das aulas, em decorrência do enfrentamento da pandemia do Coronavírus (Covid-19). Os kits de alimentação escolar entregues às famílias dos estudantes eram compostos por 1 kg de açúcar, 2 kg de arroz branco, 1 pacote de macarrão espaguete, 1 pacote de biscoito, 1 kg de feijão, 1 garrafa de óleo de soja, 1 kg de sal, 1 kg de farinha de mandioca e 1 pacote de farinha de milho. Será entregue um kit para cada aluno da rede municipal.

Logo, os recursos financeiros para custear os Kits de alimentação escolar que eram distribuídos pelo município, advinha do PNAE e tinha como missão amenizar a falta da merenda escolar no período de suspensão das aulas presenciais decorrente da pandemia da COVID-19.

Maracanaú possui várias escolas da rede pública municipal, no qual atende atualmente diversos alunos matriculados em diferentes anos de ensino. A seguir podemos observar a partir do (Gráfico 1), a quantidade de escolas presente no município.

Gráfico 1: Quantidade de Escolas da Rede Pública Municipal de Maracanaú



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados disponibilizados no site da Prefeitura (Município de Maracanaú – CE), 2022.

De acordo com o (gráfico 1), podemos perceber que o município de Maracanaú conta com o total de 83 escolas da rede pública municipal, nas quais estão divididas em oito modalidades de ensino, incluindo dentre elas: (1) escola indígena, (1) escola e creche, (1) centro de línguas estrangeiras, (1) centro municipal de educação profissional, (2) centro de educação de jovens, (2) centro de educação infantil, (3) creches, e (72) escolas de ensino fundamental.

Podemos ver a seguir no (quadro 2), os recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para a prefeitura de Maracanaú no decorrer do ano de 2021.

Quadro 2: Recursos repassados pelo FNDE para a Prefeitura de Maracanaú

 Município.: MARACANAÚ - CE						
:: LIBERAÇÕES - CONSULTAS GERAIS ::						
Entidade...: 07.605.850/0001-62 - PREF MUN DE MARACANAÚ						Município.: MARACANAÚ - CE
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PROG.NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR						
Data Pgto	OB	Valor	Programa	Banco	Agência	C/C
02/SET/2021	817229	94.780,60	PNAE - Alimentação Escolar - Creche	BANCO DO BRASIL	3302	0000365009
05/OUT/2021	819841	13.091,84	PNAE - Alimentação Escolar - EJA	BANCO DO BRASIL	3302	0000365009
05/OUT/2021	819602	2.447,20	PNAE - Alimentação Escolar - Indígena	BANCO DO BRASIL	3302	0000365009
05/OUT/2021	820440	11.808,40	PNAE - Alimentação Escolar - AEE	BANCO DO BRASIL	3302	0000365009
05/OUT/2021	820062	94.780,60	PNAE - Alimentação Escolar - Creche	BANCO DO BRASIL	3302	0000365009
05/OUT/2021	819447	283.960,00	PNAE - Alimentação Escolar - Ensino Fundamental	BANCO DO BRASIL	3302	0000365009
05/OUT/2021	819531	55.537,40	PNAE - Alimentação Escolar - Pré-escola.	BANCO DO BRASIL	3302	0000365009
03/DEZ/2021	825287	94.780,60	PNAE - Alimentação Escolar - Creche	BANCO DO BRASIL	3302	0000365009
03/DEZ/2021	825348	13.091,84	PNAE - Alimentação Escolar - EJA	BANCO DO BRASIL	3302	0000365009
03/DEZ/2021	825151	2.447,20	PNAE - Alimentação Escolar - Indígena	BANCO DO BRASIL	3302	0000365009
03/DEZ/2021	825102	11.808,40	PNAE - Alimentação Escolar - AEE	BANCO DO BRASIL	3302	0000365009
03/DEZ/2021	825027	55.537,40	PNAE - Alimentação Escolar - Pré-escola.	BANCO DO BRASIL	3302	0000365009
06/DEZ/2021	825448	283.960,00	PNAE - Alimentação Escolar - Ensino Fundamental	BANCO DO BRASIL	3302	0000365009
Total:		5.077.879,84				

Fonte: FNDE, 2022.

Conforme aponta o quadro acima, percebe-se que o valor repassado pelo FNDE para a prefeitura municipal de Maracanaú no ano de 2021, soma-se o total de 5.077.879,84. Além disso, pode-se destacar que os valores destinados à merenda escolar para os estados e municípios brasileiro não são reajustados desde o ano de 2017. Dificultado assim, na compra dos alimentos que sofrem atualmente com a inflação.

4 METODOLOGIA

O presente estudo ocorreu primeiramente por meio de pesquisa bibliográfica que foram realizadas através da leitura de textos, artigos, monografias, relatórios publicados em sites referentes ao tema principal, entre outros. Foram realizadas buscas no site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação no qual é responsável pela execução de políticas públicas educacionais do Ministério da Educação. Este trabalho também foi desenvolvido através de uma pesquisa qualitativa, no qual foi usado o critério de acessibilidade para alcançar as 21 mulheres que foram entrevistadas.

Além disso, foi utilizado neste estudo uma entrevista semi-estruturada. Segundo Manzini (1990/1991, p. 154), “a entrevista semi-estruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista”. Ou seja, neste tipo de pesquisa o pesquisador tem total acesso de alterar a ordem das perguntas conforme for surgindo novos questionamentos durante o processo da entrevista.

Foi aplicada uma entrevista com 21 mães e mulheres responsáveis pelos alunos da EMEIEF João Magalhães de Oliveira, localizada em uma comunidade do bairro Cágado no município de Maracanaú.

Com o intuito de avaliar e compreender qual a visão das mesmas em relação à segurança alimentar dos filhos durante a pandemia da COVID-19. É importante ressaltar que as participantes que responderam às perguntas contidas no roteiro da entrevista foram contactadas por acessibilidade, sendo estas residentes em diferentes ruas adjacentes à escola.

Antes de iniciar a entrevista foi dada uma breve explicação às mulheres entrevistadas acerca dos objetivos do estudo, os métodos de coleta de dados e a importância da colaboração e participação das mesmas nesta pesquisa. Além disso, foi necessário de cada participante a assinatura do termo de consentimento e livre esclarecimento (TCLE) que é a autorização do uso dos dados coletados na entrevista. O referido documento foi elaborado pelo responsável pela pesquisa.

As entrevistas em questão, foram realizadas no período compreendido entre os meses de agosto e setembro de 2022, sendo estas aplicadas nas próprias residências das responsáveis pelos estudantes. Para colher as informações foram elaboradas 13 perguntas que buscaram

entender melhor sobre as questões pertinentes à segurança alimentar dos alunos no período de suspensão das aulas presenciais da escola mencionada anteriormente. As entrevistadas ficaram cientes no ato da entrevista que seus nomes permaneceriam em sigilo, e que seriam identificadas ao longo desta pesquisa apenas como Entrevistada, n° 01, entrevistada, n° 02, e assim sucessivamente até a entrevistada, n°21.

É importante ressaltar que durante a elaboração desta pesquisa tentamos entrevistar uma integrante que faz parte do grupo gestor da escola EMEIEF João Magalhães de Oliveira, como também uma servidora que atua na Secretaria de Educação do Município de Maracanaú. Porém, não tivemos nenhum retorno dessas profissionais.

A referida entrevista com essas profissionais buscava dar oportunidade do poder público se posicionar respondendo às seguintes perguntas: Como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi adaptado no município de Maracanaú para garantir com a segurança alimentar dos alunos no período da pandemia da COVID-19 (2020- 2022)? Como a EMEIEF João Magalhães de Oliveira da rede pública municipal adotou medidas de segurança alimentar para oferecer aos alunos durante a pandemia da COVID-19? Quais os pontos positivos e negativos da entrega das cestas básicas para as famílias dos estudantes? Como você avalia o papel do município no período da pandemia, relativo a segurança alimentar dos alunos?

4.1 Município de Maracanaú e a EMEIEF João Magalhães de Oliveira.

Maracanaú é um município brasileiro do estado do Ceará, situado na Região Metropolitana de Fortaleza. Ele é conhecido por suas grandes indústrias que estão centralizadas em diferentes ramos da economia. Seu nome significa, em tupi, lagoa onde as maracanãs bebem, e sua emancipação aconteceu em 06 de março de 1983.

Segundo os dados obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE,2021), Maracanaú possui uma população estimada em 230. 986 habitantes. Embora seja um município que vem se destacando por seu grande crescimento industrial e econômico. Maracanaú ainda precisa passar por grandes melhorias principalmente nas áreas da saúde, educação, segurança, moradia e bem-estar dos cidadãos.

Segundo a Prefeitura Municipal de Maracanaú (2022), a escola EMEIEF João Magalhães de Oliveira foi criada no ano de 1997 no município de Maracanaú e recebeu este

nome em homenagem a João Magalhães de Oliveira que nasceu em 25 de maio de 1921, na localidade de Barro Vermelho, em Quixeramobim, no Ceará. Filho de Salustino Carneiro da Silva Oliveira e Anna Pinto Magalhães de Oliveira, aos 17 anos foi morar na casa do irmão Carvalho Carneiro de Oliveira, no distrito de Pacatuba. No ano de 1941, João Magalhães casou-se com Jacinta Rodrigues de Oliveira e tiveram 8 filhos.

Em julho de 1947 foram morar em Maranguape, depois em Maracanaú, onde comprou sua casa. Antes de se aposentar, trabalhava na semana na metalúrgica e aos finais de semana no mercado Velho de Maracanaú. Montou uma mercearia no mesmo quarteirão do mercado. Em julho de 1958 comprou a mercearia Magalhães. Um amigo então propôs sociedade para montar um posto de gasolina que seria “Posto Magalhães”, depois João Magalhães de Oliveira comprou a parte do seu amigo. (Prefeitura de Maracanaú, 2022).

Com o passar do tempo, ele montou a Churrascaria Magalhães. Foi envolvido com a emancipação de Maracanaú, conseguiu um posto telefônico da Telemar e um pequeno posto de correio. O que ele podia conseguir para a sociedade ele ia à luta, até televisão pública conseguiu. Foi um pai maravilhoso, era amigo de todo mundo, muito caridoso, feliz e gostava de sorrir, cantar, estava sempre de bem com a vida. Ficou doente aos 73 anos, hospitalizou-se em Fortaleza, mas não resistiu, falecendo em 14 de outubro de 1994. (Prefeitura de Maracanaú, 2022).

5 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Esta seção apresentará os itens contendo os dados que foram coletados através dos relatos obtidos no decorrer das entrevistas. Neste primeiro momento veremos a seguir o (Quadro 3), no qual abordará sobre o perfil das mães e das mulheres responsáveis pelos estudantes da escola EMEIEF João Magalhães de Oliveira.

Quadro 3: Perfil das entrevistadas

IDADE:
Entre 20 a 25 anos (1)
Entre 25 a 35 anos (8)
Entre 35 a 45 anos (4)
Entre 45 a 55 anos (8)
ESCOLARIDADE:
Ensino Fundamental (Completo) (1)
Ensino Fundamental (Incompleto) (8)
Ensino Médio (Completo) (11)
Ensino Médio (Incompleto) (1)
Graduação ()
GRAU DE PARENTESCO COM O ESTUDANTE:
Mãe (14)
Irmã (1)
Avó (6)

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Conforme descrito no (Quadro 3), conseguimos compreender que a maioria das mulheres que responderam esta entrevista varia entre a faixa etária de 25 a 35 anos e 45 a 55 anos. Já em relação ao nível de escolaridade das participantes podemos perceber que a grande parte tem o ensino médio completo. Por último, no que se refere ao grau de parentesco pode-se afirmar que foram entrevistadas (14) mães, incluindo também na pesquisa os relatos de (6) avós e (1) irmã que cuidam, educam e fazem o papel de mães.

5.1 Importância da alimentação escolar no processo educacional dos alunos

A alimentação escolar é considerada de suma relevância para um bom desempenho e desenvolvimento dos estudantes no ambiente escolar. Ou seja, desde o seu surgimento ela é uma das alternativas que busca combater a fome na sociedade. Contribuindo para o processo educacional físico e intelectual das nossas crianças, adolescentes e jovens brasileiros. Após aplicar a entrevista consegui compreender qual o pensamento das mães e das mulheres responsáveis em relação à alimentação escolar dos seus filhos. Podemos notar isto a partir dos relatos de algumas entrevistadas que são demonstrados a seguir:

“A alimentação escolar é muito importante pois muitas crianças vão com fome para a escola, necessitando da merenda escolar”. (Entrevistada n° 01).

“É fundamental para a vida do aluno, porque as vezes tem crianças que saem de casa sem merendar tendo a primeira alimentação do dia na escola”. (Entrevistada, n° 07).

“É muito importante, pois tem muitos alunos que vão para a escola pelo incentivo da merenda escolar. Porque tem muitos alunos que não tem o que comer em casa.” (Entrevistada, n° 14).

“É muito importante, porque muitas crianças não têm o que comer em casa e acabam buscando a escola como escape”. (Entrevistada, n° 16).

“A alimentação escolar é tudo. Tem muitos alunos que saem de casa sem uma alimentação, ficando difícil o aprendizado do aluno no ambiente escolar” (entrevistada, n° 18).

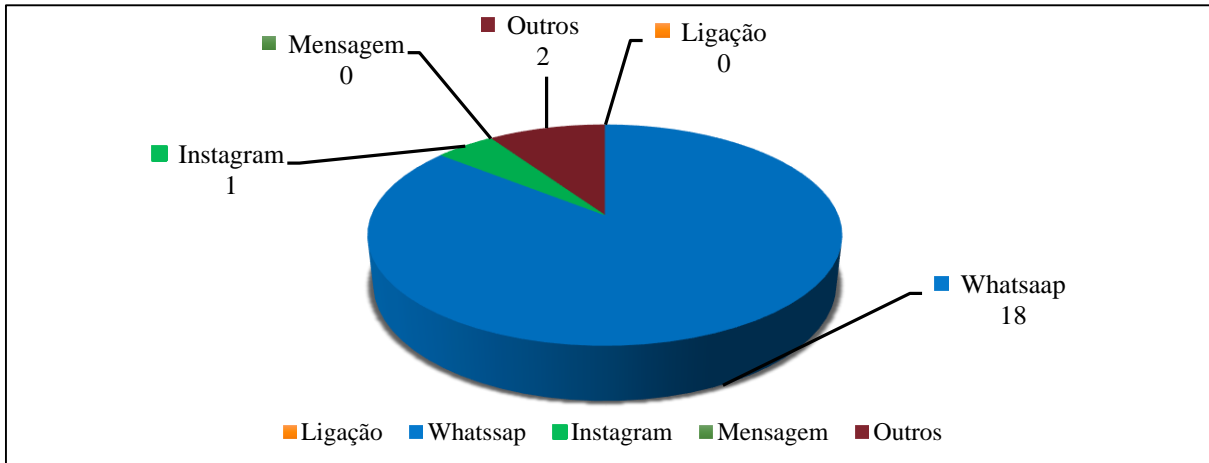
Por meio desses relatos pode-se afirmar que as mães e as mulheres responsáveis veem a alimentação escolar como componente indispensável na vida dos estudantes. No entanto, ainda existem em nosso país milhões de crianças e adolescentes que passam por situações de vulnerabilidade, buscando a escola como sua fonte de refúgio alimentar. Nesse sentido, de acordo com posicionamento da entrevistada n° 02, podemos observar a verdadeira importância de uma alimentação adequada na vida de uma criança.

Se for uma alimentação adequada é muito importante pois muitas crianças vão para escola para se alimentar. Tem crianças que não pode se alimentar com achocolatado e iogurte. É necessária uma alimentação que possa ter arroz, feijão, macarrão e carne. (Entrevistada n° 02).

Através desse relato podemos perceber o quanto uma alimentação adequada pode impactar positivamente no processo do desempenho educacional dos alunos no ambiente escolar. Contudo, por inúmeros problemas devido até mesmo a falta de verbas, as escolas públicas muita das vezes não conseguem oferecer uma refeição balanceada que possa dar fortalecimento aos alunos no período das aulas, dificultando assim no aprendizado dos mesmos.

5.2 Processo comunicativo adotado pela escola

Gráfico 2: Qual meio de comunicação a EMEIEF João Magalhães de Oliveira utilizou para informar aos pais e responsáveis sobre a chegada dos Kits de alimentação na escola?



Fonte: Elaborado pelo autor

A partir dos dados que foram coletados durante a fase das entrevistas. Conseguimos perceber através do (gráfico 2), que 18 mulheres entrevistadas responderam que o principal mecanismo de comunicação estabelecido pela gestão da EMEIEF João Magalhães de Oliveira, no período da pandemia da COVID-19 foi o “WhatsApp”. Essas 18 participantes escolheram no ato da entrevista esta opção como principal ferramenta de comunicação para ter acesso às informações sobre a chegada dos kits de alimentação na escola. Seguindo a ordem deste gráfico, podemos observar o campo “Outros” no qual corresponde a um total de 2 pessoas entrevistadas. Ou seja, as duas participantes que responderam esta alternativa justificaram suas respostas afirmando que:

“Não tenho nenhum meio de comunicação. Porém tive acesso a esta informação pela boca dos outros” (Entrevistada, n°05).

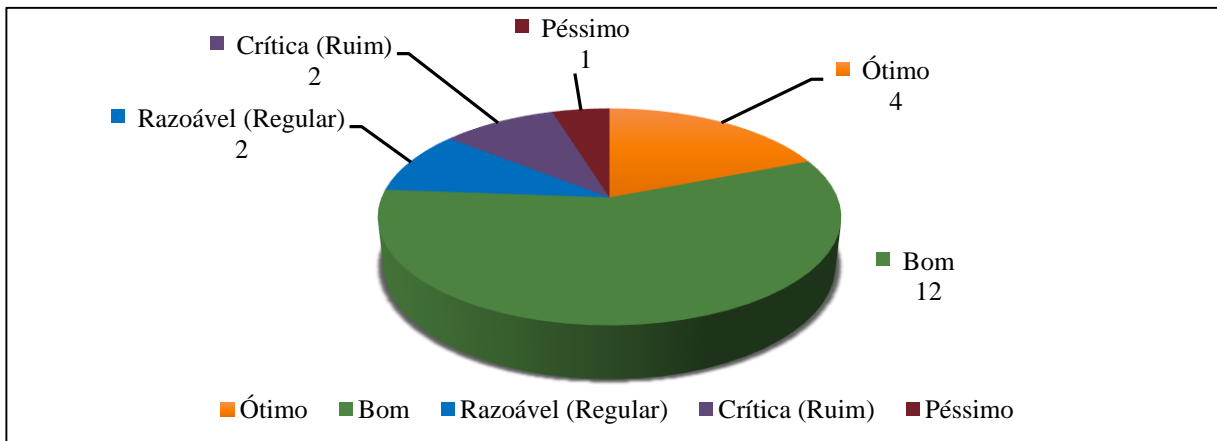
“ Fiquei sabendo através dos vizinhos sobre a chegada das cestas na escola” (Entrevistada, n°08).

Logo após vem o “Instagram” que representa o posicionamento de apenas 1 pessoa entrevistada. No qual a mesma declarou ter recebido as informações quanto a chegada dos kits de alimentação escolar por meio desta rede de comunicação. Portanto, pode-se concluir que de acordo com o (gráfico 02), nenhuma das participantes entrevistadas manifestaram suas respostas no campo “ligação e mensagem”. Totalizando assim 0 respostas nesses itens.

5.3–Avaliação quanto a distribuição dos kits de alimentação

Nesta seção, serão mostradas as respostas das participantes entrevistadas quanto à pergunta indicada no gráfico 3.

Gráfico 3: Como você avalia o processo da distribuição dos kits de alimentação na EMEIEF João Magalhães de Oliveira?



Fonte: Elaborado pelo autor

Podemos observar através do (gráfico 3), que a maioria das entrevistadas que responderam esta pesquisa, consideram que o processo de distribuição dos kits de alimentação escolar entregues pela EMEIEF João Magalhães de Oliveira foram “Bom”. Isso representa a resposta de 12 participantes entrevistadas.

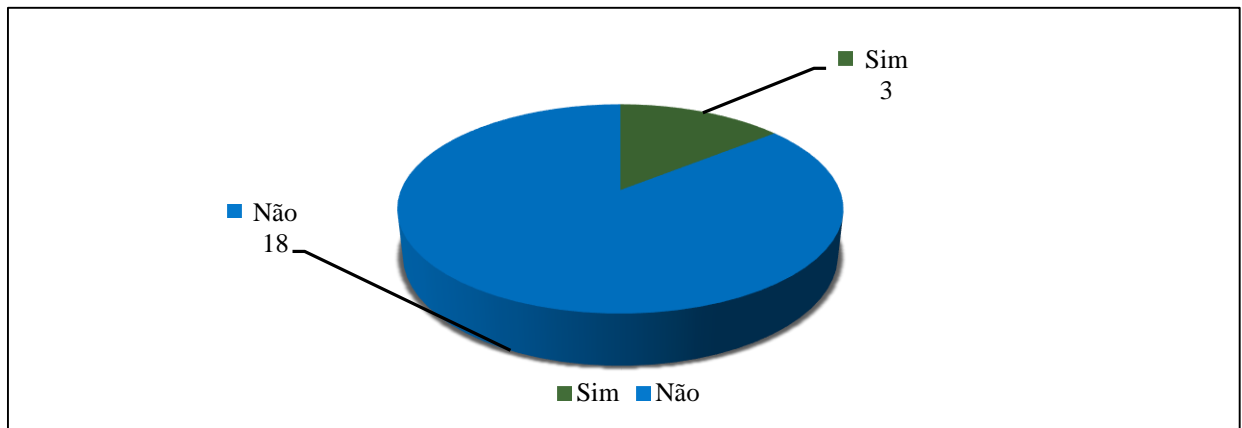
Em segundo lugar vem a opção “Ótimo” que demonstra a participação de 4 mulheres entrevistadas. Em terceiro lugar aparece a situação “Crítica- (Ruim) que equivale a 2 pessoas entrevistadas.

Em quarto lugar está a opção “Razoável- (Regular) ”, representando assim 2 pessoas que escolheram este item no decorrer da fase das entrevistas. Por fim, vem a situação “Péssima”, no qual corresponde o posicionamento de apenas 1 mãe entrevistada.

5.4– Dificuldades para receber os Kits de alimentação escolar.

A partir do (gráfico 4), mostrado logo abaixo veremos as respostas das entrevistadas quanto a seguinte pergunta:

Gráfico 4: Você sentiu alguma dificuldade para receber o kit de alimentação escolar que foi entregue no período de suspensão das aulas presenciais? Caso positivo justifique a sua resposta.



Fonte: Elaborado pelo autor

Por meio do (gráfico 4), podemos identificar que a maioria das entrevistadas que responderam à pesquisa não sentiram dificuldades para receber os kits de alimentação escolar que foram entregues pela EMEIEF João Magalhães de Oliveira. Nesse sentido, este total descrito no gráfico corresponde a 18 pessoas entrevistadas.

Já as pessoas que responderam “Sim”, alegaram e justificaram no ato da entrevista que as dificuldades encontradas no processo do recebimento dos kits de alimentação escolar foram as seguintes:

A dificuldade que vejo é que demoraram a distribuir os kits de alimentação escolar, dificultando no recebimento. Em outros municípios entregaram antes que aqui no Maracanaú. (Entrevistada, Nº 02).

Tive dificuldades em todos os sentidos, pois não tenho acesso à internet e celular (Entrevistada, nº 05).

Porque meu celular tinha dado problema e a gente tem que colocar a cara e ir atrás, pois a escola não comunicou de outra forma. (Entrevistada, nº 06).

Sendo assim, pode-se concluir através dos dados mostrados acima, que 3 participantes entrevistadas responderam que sentiram dificuldades para receber os kits de alimentação escolar que foram entregues pela EMEIEF João Magalhães de Oliveira.

5.5– Percepção das entrevistadas quanto aos kits de alimentação escolar

Neste tópico veremos a seguir as respostas das mães e das mulheres responsáveis pelos alunos no que diz respeito à seguinte pergunta: Os kits de alimentação escolar supriram as necessidades alimentares do seu filho durante a pandemia da COVID-19?

Não, de maneira alguma. Pois além de vim o básico do básico, vinham poucos itens nos kits de alimentação escolar. (Entrevistada, nº02).

Não supriu com a necessidade alimentar da minha família. Eu tinha ajuda da vizinhança. (Entrevistada, nº05).

Não, até porque 2 kg de arroz, 1 kg de açúcar e 1 lata de óleo não supre necessidade. O feijão nem cozinhou. O feijão era péssimo, era de péssima qualidade. A única coisa boa mesmo foi o açúcar e o óleo. Nem o arroz era de qualidade, nem feijão e nem o macarrão. O kit de alimentação não era de qualidade, tirando o açúcar e o óleo[...]. (Entrevistada, nº 10).

Não, porque não vinha regulamente. O período de distância entre a entrega do kit era longo. A quantidade de alimentos que vinham na cesta era pequena. (Entrevistada, nº 17).

Zero, porque era poucos, sem qualidade. Impossível de uma criança passar o mês com aquele kit de alimentação. (Entrevistada, nº 19).

Não, porque era o básico do básico que vinha no kit de alimentação. Era para ter vindo uma fonte de proteína nos kits (Entrevistada, nº21)

Por outro lado, algumas das participantes afirmaram no ato da entrevista que os kits de alimentação escolar supriram sim com a necessidade alimentar das crianças e adolescentes no período da pandemia da COVID-19. Podemos perceber isso a partir dos relatos que estão descrito abaixo.

Supriu sim com a necessidade dos meus irmãos, pois tenho três irmãos matriculados na escola. Aí eu recebi três kits de alimentação escolar. (Entrevistada, nº 06).

Sim, porque a renda daqui de casa é pouca. Aí o kit de alimentação escolar ajudou muito. (Entrevistada, nº 07).

Chegou na hora certa, pois a fome estava batendo nas portas. (Entrevistada, nº 08).

Supriu com a necessidade do meu neto. Porém poderia ter sido melhor. (Entrevistada, nº 14).

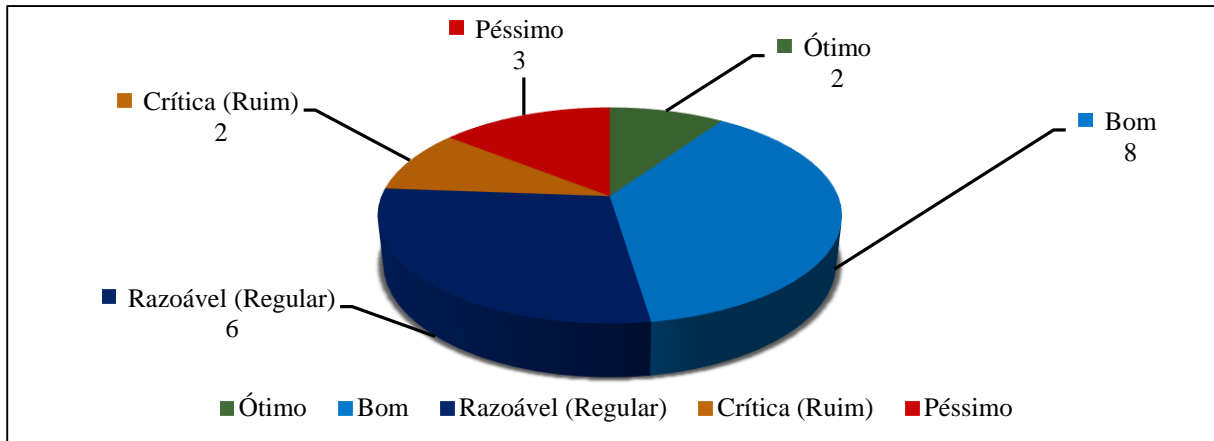
Sim, porque o kit de alimentação chegou na hora certa. (Entrevistada, nº20).

É importante destacar que após aplicar a entrevista, conseguir descobrir por meio das entrevistadas que as famílias dos estudantes recebiam os kits de alimentação escolar conforme o número de criança e adolescente matriculado na EMEIEF João Magalhães de Oliveira. Ou seja, se uma determinada família tinha 3 crianças matriculadas na escola. Esta família recebia então 3 kits de alimentação escolar.

5.6– Nível de satisfação das participantes quanto a qualidade dos alimentos

Veremos abaixo o (gráfico 5), no qual demonstrará as respostas das entrevistadas quanto a pergunta a seguir:

Gráfico 5: Qual seu nível de satisfação quanto a qualidade dos alimentos compostos nos kits de alimentação?



Fonte: Elaborado pelo autor

Podemos perceber através dos dados apresentados no (gráfico 5), que 8 mulheres entrevistadas responderam que a qualidade dos alimentos compostos nos kits de alimentação escolar distribuídos pela EMEIEF João Magalhães de Oliveira foram “Bom”.

Seguindo a ordem do gráfico, pode-se destacar que 6 participantes escolheram no ato da entrevista a opção “Razoável (Regular)”.

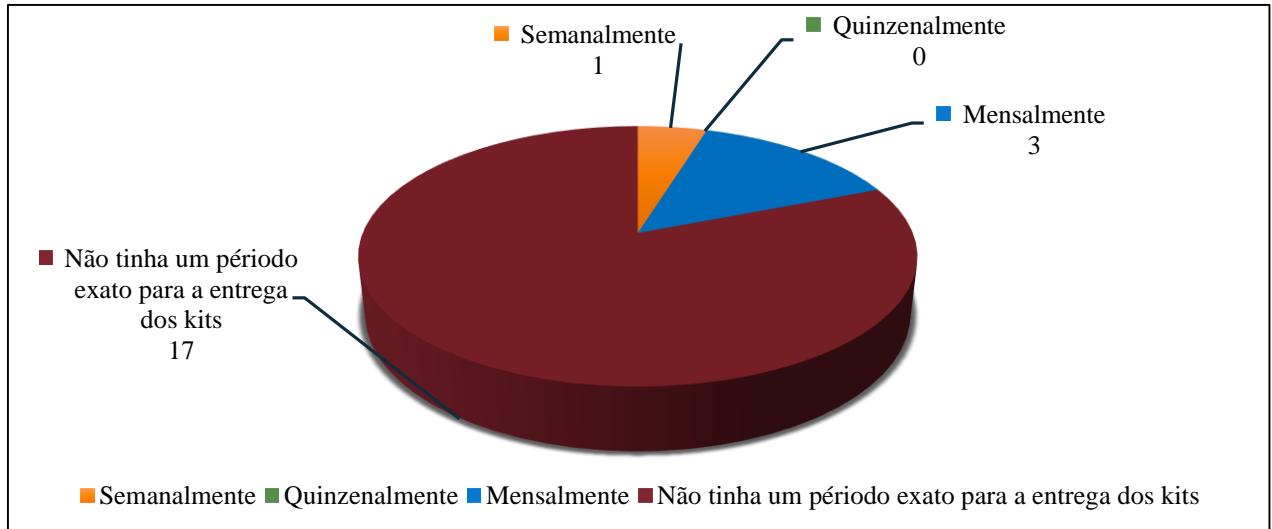
3 mulheres entrevistadas afirmaram no ato da entrevista que a qualidade dos alimentos compostos nos kits de alimentação escolar foram “Péssimo”.

Pode-se perceber também a partir dos dados descritos neste gráfico que 2 das mães dos alunos afirmaram que a qualidade dos alimentos compostos nos kits de alimentação escolar foram “Ótimo”.

Por último aparece a situação “Crítica (Ruim)” no qual reflete também o posicionamento de 2 mães que escolheram esta alternativa.

5.7– Frequência da distribuição dos kits de alimentação

Gráfico 6: Com qual frequência foram distribuídos aos pais e responsáveis os kits de alimentação escolar no período da pandemia da COVID-19?



Fonte: Elaborado pelo autor

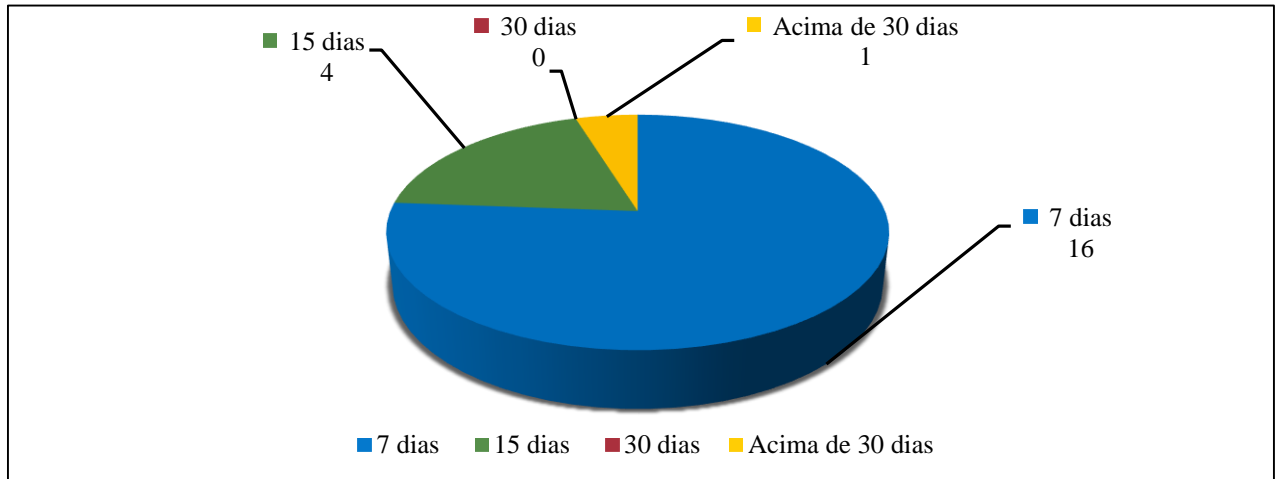
A partir dos dados obtidos por meio do (gráfico 06), conseguimos perceber que 17 das participantes entrevistadas afirmaram no ato da entrevista que a EMEIEF João Magalhães de Oliveira não tinha um período exato para a entrega dos kits de alimentação escolar. Dificultando assim na segurança alimentar das crianças e adolescentes no período da pandemia da COVID-19.

Seguindo a ordem do gráfico, 3 entrevistadas responderam que os kits de alimentação escolar distribuídos pela EMEIEF João Magalhães de Oliveira eram entregues “Mensalmente”. Também é possível vislumbrar através do gráfico apresentado acima que 1 mulher entrevistada escolheu a opção “Semanalmente”.

Portanto, pode-se concluir através do (gráfico 06), que nenhuma das mulheres entrevistadas responderam que a EMEIEF João Magalhães de Oliveira entregou os kits de alimentação escolar de forma “Quinzenalmente”.

5.8– Dias em média que o kit de alimentação durava na casa dos estudantes

Gráfico 7: Quantos dias em média o kit de alimentação durava em sua casa?



Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme mostrado no (gráfico 7), foi perguntado no ato da entrevista quantos dias em média os kits de alimentação escolar duravam na casa das entrevistadas. Nesse sentido, segundo os dados apresentados neste gráfico, pode-se destacar que a maioria das participantes que responderam esta pesquisa afirmaram que os kits de alimentação escolar distribuídos pela EMEIEF João Magalhães de Oliveira duravam apenas “7 dias” (1 semana). Isso reflete a resposta de 16 participantes.

Seguindo a ordem dos dados que estão presente no gráfico acima, pode-se ressaltar que 4 mulheres entrevistadas afirmaram que os kits de alimentação escolar duravam “15 dias”. É possível perceber também que uma das entrevistadas afirmou que os kits de alimentação escolar duravam “Acima de 30 dias”.

Por fim, após a análise deste gráfico pode-se afirmar que nenhuma das participantes entrevistadas responderam que os kits de alimentação escolar duravam “30 dias” em suas residências. Perfazendo então 0 de resposta neste item.

5.9– Outros membros da família se alimentaram com o kit

Gráfico 8: Além dos estudantes, outras pessoas se alimentaram na casa com o kit?

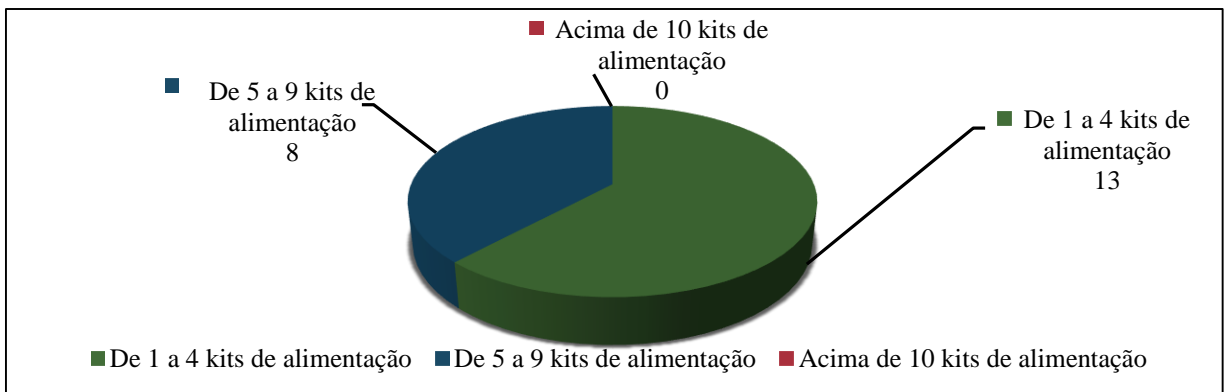


Fonte: Elaborado pelo autor

Segundo os dados apresentados a partir do (gráfico 8), foi perguntado as mães no ato da entrevista, se outras pessoas além dos estudantes, se alimentaram com os kits de alimentação escolar. Nesse sentido, pode-se afirmar que 20 das participantes entrevistadas responderam que “Sim”. Portanto, somente 1 pessoa respondeu o item “Não”, representando a menor quantidade deste gráfico mostrado acima.

5.10– Média de kits de alimentação que as famílias receberam na pandemia

Gráfico 9: Você recebeu em média quantos kits de alimentação durante a suspensão das aulas presenciais?



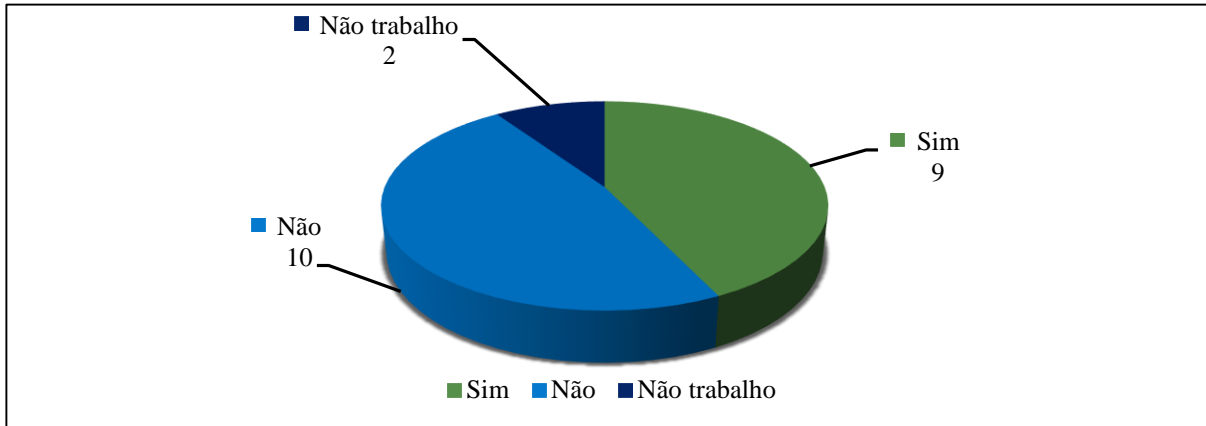
Fonte: Elaborado pelo autor

De acordo com o (gráfico 9), pode-se afirmar que 13 das mães entrevistadas responderam que receberam em média de “1 a 4 kits” de alimentação escolar no período de suspensão das aulas presenciais da EMEIEF João Magalhães de Oliveira.

Outras 8 mães que participaram desta pesquisa afirmaram ter recebido de “5 a 9” kits de alimentação escolar. Portanto, pode-se concluir que nenhuma das participantes entrevistadas afirmaram ter recebido acima de 10 kits de alimentação escolar durante a pandemia da COVID-19.

5.11– Membros da família dos estudantes que perderam o emprego na pandemia

Gráfico 10: Durante o período de pandemia o pai, mãe, responsável ou outro membro familiar perdeu o emprego?



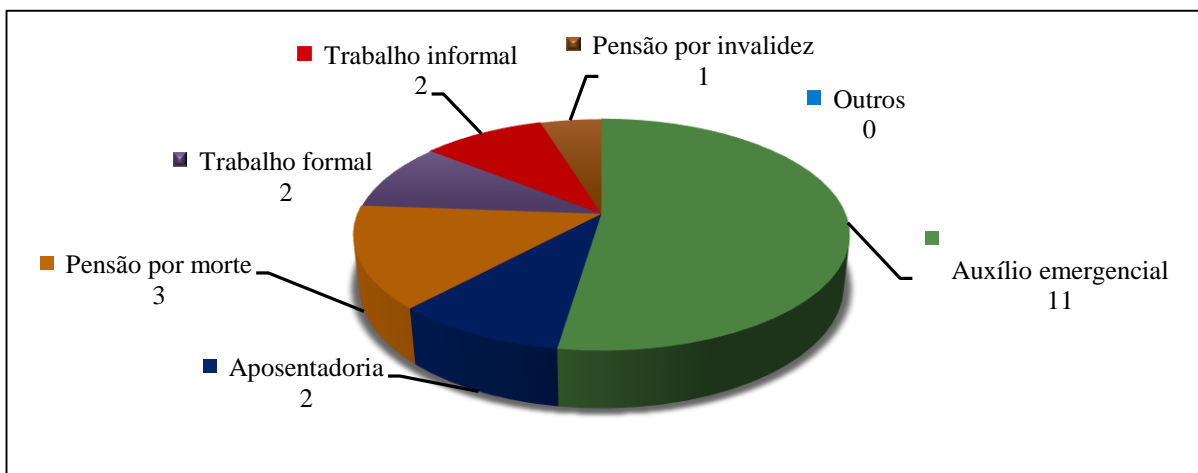
Fonte: Elaborado pelo autor

Segundo o (gráfico 10), podemos perceber que 10 mães entrevistadas afirmaram no ato da entrevista que durante o período da pandemia da COVID-19 uma das pessoas do grupo familiar (pai, mãe ou outro membro da família), não perderam o emprego.

9 mulheres entrevistadas disseram que uma das pessoas do grupo familiar (pai, mãe ou outro membro da família) perderam o emprego no decorrer da pandemia. Por fim, 2 mulheres que responderam esta pesquisa declararam não trabalhar.

5.12– Fonte de recurso financeiro dos pais durante a pandemia da COVID-19

Gráfico 11: Qual sua fonte de recurso financeiro durante a pandemia da COVID-19?



Fonte: Elaborado pelo autor

De acordo com o que foi apresentado no (gráfico 11), verificou-se que 11 mulheres entrevistadas responderam no ato da entrevista que “Auxílio emergencial”, concedido pelo Governo Federal foi o principal meio de recurso financeiro durante a pandemia da COVID-19.

3 das entrevistadas afirmaram que recebem “Pensão por morte”. Seguindo os dados mostrados no gráfico, pode-se perceber que 2 das mulheres entrevistadas declararam ter “Trabalho formal” e outras 2 participantes responderam ter “Trabalho informal”.

O mesmo gráfico aponta que 2 das mães participantes recebem “Aposentadoria”. Temos ainda 1 entrevistada que afirmou receber Pensão por invalidez. O gráfico ainda mostra que nenhuma das participantes entrevistadas manifestaram suas respostas no campo “Outros”. Totalizando 0 de resposta nesta alternativa.

5.13– Relatos das mães quanto o aprendizado dos filhos na pandemia

Durante o período pandêmico foi possível perceber o quanto o sistema educacional foi afetado com a chegada da COVID-19 na sociedade brasileira. Dessa forma, fez-se necessário realizar mudanças emergenciais no formato do ensino para continuar com o aprendizado dos alunos.

Nesse sentido, veremos abaixo os relatos das entrevistadas quanto à seguinte pergunta: A pandemia prejudicou muito o aprendizado do estudante no período da pandemia da COVID-19?

Sim, porque ele não queria estudar em casa. Devido ele ser imperativo, meu filho tinha muita dificuldade para aprender. Faltando então o amparo da escola. (Entrevistada, nº 01).

Sim, pois atrasou no ensino. Porque só o reforço em casa não supriu com a necessidade escolar do meu filho, precisando do suporte escolar. Mesmo tendo aulas online não era a mesma coisa. Dificultando no aprendizado. (Entrevistada, nº 02).

Demais, não tinha aulas. As aulas online eram só ilusão e as aulas online foi começar a ter depois de muita briga dos pais. No início da pandemia era só atividades que a escola mandava para o aluno pelo WhatsApp. (Entrevistada, nº 03).

Sim, porque as aulas online demoraram a começar e os professores não tinham a atenção. Só jogava as atividades para os alunos fazerem. (Entrevistada, nº 04).

Com certeza, porque ficou tudo parado. Muitos alunos estudaram pelo celular, mas nós não tínhamos acesso à internet, aí dificultou no aprendizado deles (Entrevistada, nº 07).

Sim, porque não tendo as aulas presenciais todos os dias os alunos não tinham interesse de estudar em casa. O ensino precisa ser melhorado. A escola não tem uma estrutura adequada para os alunos. (Entrevistada, nº 08).

Sim, eles foram muito prejudicados por que eu não tinha um meio de comunicação adequado para eles. Era um simples telefone pequeno que era para dar suporte aos três meninos estudarem. Era muito difícil, foi uma dificuldade muito grande apesar que eu sentir que eles estavam mais seguros em casa do que na sala de aula. Eles estavam de qualquer forma prejudicados por conta do meio da forma de ter acesso. Já era uma internet puxada de outra pessoa que acabava ficando com uma qualidade mais ruim ainda e a lentidão era muito grande. A prefeitura deveria ter visto isso. Assim como a gente escutou através dos meios de comunicações que a prefeitura iria dar para os alunos um tablet para facilitar o estudo deles durante o período da pandemia. Eles ficaram só no sonho, nunca tiveram acesso a este tablet. Enquanto outros municípios próximos da gente foram beneficiados, nosso município de Maracanaú ficou só na promessa e não foi cumprida a promessa que o prefeito deu até hoje. A pandemia ainda não acabou, mas ainda continua a promessa e muitos alunos ainda espera esta promessa chegar. (Entrevistada, nº 10).

Prejudicou sim. No ensino online era muita tarefa e pouca explicação dos professores. Quanto ao aprendizado durante a pandemia, a escola deixou muito a desejar. (Entrevistada, nº 11).

Sim, porque eles estudavam no ensino online e não era da mesma forma o aprendizado. Os alunos não aprenderam quase nada nas aulas online. (Entrevistada, nº 12).

Sim, por que não tinha um celular para eles ter acesso as aulas online. (Entrevistada, nº 13).

Sim, porque online minha filha tinha mais dificuldade de aprender. (Entrevistada, nº 16).

Demais, porque estudar pela internet era péssimo. Tinha dias que os meus filhos não tinham acesso à internet. O ensino era péssimo, os professores só jogavam os conteúdos para os alunos, não tinha a preocupação de perguntar os alunos e ensinar. (Entrevistada, nº 18).

Por outro lado, duas das mães entrevistadas afirmaram no ato da entrevista que a pandemia ocasionada pela COVID-19 não prejudicou no aprendizado do seu filho alegando:

Não, porque eu sempre coloquei eles para estudarem. (Entrevistada, nº 19).

Não, porque eu sempre cobreí deles para estudarem. A escola entregava os conteúdos e eles faziam em casa. Foi satisfatório a questão do aprendizado da escola. (Entrevistada, nº 21).

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo procurou compreender a percepção das mães quanto à segurança alimentar dos alunos da EMEIEF João Magalhães de Oliveira em tempos de pandemia. Tendo como foco principal o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que precisou passar por mudanças emergências para continuar garantindo a alimentação escolar das crianças, adolescentes e jovens. Além disso, conforme mostrado ao longo desta pesquisa, pode-se destacar que o PNAE é um dos maiores programas de Alimentação Escolar do mundo, sendo este considerado de grande relevância para o processo de garantia alimentar dos estudantes matriculados na rede pública de ensino.

Através do objetivo geral, o presente estudo conseguiu “Analisar as ações de substituição da merenda escolar durante a pandemia da COVID-19 na EMEIEF João Magalhães de Oliveira no município de Maracanaú”.

O primeiro objetivo específico está relacionado a “Identificar quais as estratégias desenvolvidas pelo poder municipal para garantir a alimentação dos alunos na pandemia”. Diante disso, pode-se perceber ao longo desta pesquisa que a prefeitura municipal de Maracanaú, através da Secretaria de Educação realizou o repasse dos kits de alimentação escolar. No qual foi uma das medidas adotadas pelo poder público municipal que buscaram amenizar os impactos ocasionados pela COVID-19. Tendo como objetivo principal complementar a alimentação dos alunos durante o período da quarentena

O segundo objetivo específico é: “Investigar como ocorreu a distribuição dos Kits de alimentação para os estudantes”. Nesse sentido, a Prefeitura de Maracanaú, por meio da Secretaria de Educação realizou a entrega dos kits de alimentação, no qual eram repassados inicialmente para as escolas da rede pública municipal, e as mesmas entravam em contato com os pais ou responsáveis pelos estudantes para realizar a entrega desses kits. Sendo assim, a partir dos gráficos analisados na coleta de dados, percebe-se que a maioria das entrevistadas que responderam esta pesquisa não sentiram dificuldades para receber os kits de alimentação escolar que foram entregues pela EMEIEF João Magalhães de Oliveira.

O terceiro objetivo específico é: “Verifica a percepção das mães e das mulheres responsáveis pelos alunos quanto à segurança alimentar dos mesmos durante o período pandêmico”. Nesse sentido, percebe-se inicialmente através dos relatos das mulheres entrevistadas neste estudo, que alimentação escolar é um dos componentes de suma importância

para o processo de desenvolvimento educacional dos alunos. No qual contribui fortemente para o fortalecimento e aprendizado dos mesmos no ambiente escolar. Porém, é possível observar através dos relatos de algumas entrevistadas um certo descontentamento quando perguntado durante a fase de entrevista, se os kits de alimentação escolar tinham suprido com as necessidades alimentares dos alunos durante a pandemia da COVID-19. A maioria das mulheres participantes, manifestaram também uma certa insatisfação quanto a frequência da distribuição dos kits de alimentação. Afirmando no ato da entrevista que não tinha um período exato para a entrega desses kits.

Além disso, a partir das respostas das mulheres entrevistadas, pode-se observar o quanto a pandemia ocasionada pela COVID-19 afetou e prejudicou o aprendizado dos estudantes no período de suspensão das aulas presenciais. Pois muitas das mães sentiram, que os seus filhos não conseguiram acompanhar o ensino no decorrer deste período por diversos fatores.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, S. **Políticas Públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação.** Rio de Janeiro: Fase, 2003. Disponível em: <https://profwalfredoferreira.files.wordpress.com/2014/02/azevedo-sergio-discutindo-modelos-e-alguns-problemas-de-implantac3a7c3a3o1.pdf>. Acesso em: 10 fev.2022.

BRASIL. **Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955.** Institui a Campanha de Merenda Escolar. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 mar. 1955. Disponível em: [https://www2.congreso.gob.pe/sicr/cendocbib/con4_uibd.nsf/C046F7BF89BCDAF9052581A60052EE98/\\$FILE/2_DECRETO_N_37106_campa%C3%B1a_merienda_escolar.pdf](https://www2.congreso.gob.pe/sicr/cendocbib/con4_uibd.nsf/C046F7BF89BCDAF9052581A60052EE98/$FILE/2_DECRETO_N_37106_campa%C3%B1a_merienda_escolar.pdf). Acesso em: 14 de fev.2022.

BRASIL. **Decreto nº 56.886, de 20 de setembro de 1965.** Diário Oficial da União, modifica a denominação de Instituição do Departamento Nacional de Educação. Brasília, 23 set. 1965. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-56886-20-setembro-1965-397151-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 fev. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22. fev. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõem sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm. Acesso em: 15. mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.987, de 07 de abril de 2020.** Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Disponível em: < <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.987-de-7-de-abril-de-2020-251562793>> Acesso em: 15. mar. 2022.

BRASIL. **Resolução nº 02, de 9 de abril de 2020.** Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-2-de-9-de-abril-de-2020-252085843>. Acesso em 15. mar. 2022.

CARVALHO, Daniela Gomes de. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a sustentabilidade: o caso do Distrito Federal (2005-2008).** 2009. 238 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

FNDE. **Programas do FNDE/ PNAE sobre o programa/ histórico.** Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico>. Acesso em: 29. Mar. 2022.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/acao-informacao/institucional/legislacao/item/3341-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnden%C2%BA-38-de-16-de-julho-de-2009>. Acesso em: 04. abr. 2022.

Gil, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo, p. 1-220, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 10. abr. 2022.

MONTEIRO, C. A. **Análise do Inquérito “Chamada Nutricional 2005”**. Ministério da Saúde. 2005. Brasília.

OLIVEIRA, Adão F. de. **Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática**. 2010, p.4 In: OLIVEIRA, A. F. de; PIZZIO, A.; FRANÇA, G. (Orgs). *Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas*. Góias: Editora PUC, 2010). Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-pol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf>. Acesso em: 20 abr.2022.

SARAIVA, Elisa Braga et al. **Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 18, p. 927-935, 2013.

TEIXEIRA, E. de O. L. **A Merenda Escolar e seus aspectos Políticos, Éticos, Sociais e Nutricionais**. Monografia apresentada no Curso de Especialização em Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade EJA. Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo. São Paulo, 2008.

APÊNDICE**ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA OS PAIS E RESPONSÁVEIS DOS ALUNOS DA ESCOLA JOÃO MAGALHÃES DE OLIVEIRA****INFORMAÇÕES PESSOAIS:****Idade:** _____**Sexo:** Feminino () Masculino ()**Escolaridade:** Fundamental () Ensino Médio () Graduação () Outro ()**Qual o seu grau de parentesco com a Criança/Adolescente aluno (a) da escola João Magalhães de Oliveira? () Pai () Mãe () Avô/Avó () Outro _____**

- 1- Segundo seu ponto de vista, qual a importância da alimentação escolar na vida de um aluno?**

- 2- Qual meio de comunicação a escola João Magalhães de Oliveira utilizou para informar aos pais e responsáveis sobre a chegada dos Kits de alimentação na escola?**
 - () Ligação
 - () WhatsApp
 - () Instagram
 - () Mensagem
 - () Outros _____.

- 3- Como você avalia o processo da distribuição dos kits de alimentação escolar na escola João Magalhães de Oliveira?**
 - () Ótimo
 - () Bom
 - () Razoável (regular)
 - () Crítica (Ruim)
 - () Péssimo

4- Você sentiu alguma dificuldade para receber o kit de alimentação escolar que foi entregue no período de suspensão das aulas presenciais? Caso positivo justifique sua resposta.

Sim

Não

5- Os Kits de alimentação supriram com as necessidades alimentares do seu filho durante a pandemia da COVID-19 (a)? Justifique

6- Qual seu nível de satisfação quanto a qualidade dos alimentos compostos nos Kits de alimentação?

Ótimo

Bom

Razoável (regular)

Crítica (Ruim)

Péssimo

Explique: _____.

7- Com qual frequência foram distribuídos aos pais e responsáveis os Kits de alimentação escolar no período da pandemia da COVID-19?

Semanalmente

Quinzenalmente

Mensalmente

Não tinha um período exato para a entrega dos Kits;

8- Quantos dias em média o Kit de alimentação durava em sua casa?

7 dias

15 dias

30 dias

Acima de 30 dias

9- Além dos estudantes, outras pessoas se alimentaram na casa com o kit?

Sim

Não

10- Você recebeu em média quantos Kits de alimentação durante a suspensão das aulas presenciais?

De 1 a 4 Kits de alimentação

De 5 a 9 Kits de alimentação

Acima de 10 Kits de alimentação

11- Durante o período de pandemia o pai, mãe, responsável ou outro membro familiar perdeu o emprego?

Sim;

Não;

Não trabalho;

12- Qual sua fonte de recurso financeiro durante a pandemia de COVID-19?

Auxílio emergencial

Pensão alimentícia

Aposentadoria

Pensão por morte

Trabalho Formal

Trabalho Informal

Outros _____.

13- A pandemia prejudicou muito o aprendizado do estudante? Sim. Não, explique.